ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – SINTFUB Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, na Praça Chico Mendes, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília – SINTFUB. Às nove horas e quarenta e seis minutos, em segunda chamada, a assembleia foi aberta pela mesa diretora, composta pelos coordenadores Carla Vizzotto, Luiz Eduardo e Alice Queiroz. A pauta apresentada contemplou os seguintes pontos: informes gerais; análise de conjuntura; e escolha dos delegados titulares e suplentes/observadores para a Plenária Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA. Submetida à apreciação do plenário, a pauta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, a Mesa apresentou os informes gerais, destacando inicialmente a reunião realizada em 17 de novembro de 2026 entre representantes do SINTFUB, da Comissão dos Aposentados — representada por Rosalvo Bezerra e Marlene Bomfim —, a gestão superior da UnB e o Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), em cumprimento a encaminhamento da assembleia anterior. Sobre a aceleração da progressão por capacitação dos aposentados, esclareceu-se que o direito alcança aqueles que atendem cumulativamente aos seguintes requisitos: aposentadoria no regime de paridade, aposentadoria antes de atingir o último nível da carreira e realização de cursos de capacitação durante o período em atividade. Informou-se que o reposicionamento na tabela gera valores retroativos a partir de 2025. Conforme informado pelo DGP, os valores referentes a 2026 serão pagos na folha de dezembro de 2026, com crédito em janeiro de 2027, enquanto os retroativos de 2025 serão processados ao longo de 2027, em razão da necessidade de cálculos específicos e dos trâmites orçamentários relativos a exercícios anteriores. A Mesa também orientou aposentados e pensionistas a ficarem atentos à realização da prova de vida, utilizando instituições bancárias credenciadas — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sicredi, Sicoob, BRB/Banco de Brasília, Bradesco e Itaú —, ou, quando atendidos os requisitos, o aplicativo SouGov, com biometria e reconhecimento facial cadastrados no Tribunal Superior Eleitoral, ou ainda o atendimento presencial no DGP. Quanto ao vínculo institucional e ao acesso aos sistemas, foi relatada a cobrança do sindicato para que os aposentados mantenham acesso ao e-mail institucional e à plataforma Microsoft Teams, conforme deliberações do Congresso do SINTFUB. A gestão informou que o acesso ao SEI apresenta maior complexidade jurídica, mas que as possibilidades de manutenção do e-mail e do Teams estão em análise técnica favorável. Em relação ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), informou-se que o SINTFUB continua oferecendo atendimento técnico presencial, na sede do sindicato no campus Darcy Ribeiro e no Hospital Universitário, para auxiliar servidores ativos e aposentados filiados na organização dos processos, mediante agendamento prévio na secretaria. Esclareceu-se que a comissão interna da UnB tem emitido indeferimento administrativo aos pedidos de aposentados, em razão de a categoria não estar expressamente contemplada na legislação e no decreto vigentes. Com a negativa formal, os aposentados que possuem direito à paridade poderão ajuizar as ações judiciais cabíveis. Foi mencionada decisão de primeira instância favorável a aposentado da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que determinou à instituição a análise do mérito do pedido e o pagamento do RSC, caso preenchidos os requisitos. Durante os esclarecimentos, Bené perguntou sobre as

negociações nacionais para inclusão administrativa dos aposentados no RSC. Luiz Eduardo e Carla Vizzotto explicaram que, a exemplo do ocorrido na carreira docente, a estratégia envolve o acúmulo de decisões judiciais individuais favoráveis, de modo a ampliar a pressão por uma solução nacional. Informaram que não há, no momento, mesa específica de negociação aberta no ministério, mas que a inclusão administrativa dos inativos permanece como pauta política prioritária do sindicato e da federação. Ariadne questionou se a comissão da UnB não poderia analisar o mérito antes de emitir a negativa. A Mesa esclareceu que os avaliadores seguem critérios normativos que exigem a condição de servidor ativo e que a análise detalhada, nesse cenário, apenas retardaria a emissão do indeferimento formal necessário ao ajuizamento da ação. A respeito do andamento dos processos de RSC, a Mesa informou que, segundo os dados apresentados, havia 774 processos assinados e implementados, 129 prontos na coordenação de acompanhamento de carreira (CAC) para publicação, e 414 ainda pendentes de análise, o que corresponderia a aproximadamente 65% de conclusão da demanda total. Foi solicitado que os servidores evitem inserir documentação excessiva, inclusive processos com pontuação muito superior à exigida, uma vez que a comissão precisa auditar todos os documentos apresentados, o que compromete o andamento da fila. Recomendou-se organizar os processos com documentação suficiente, observando-se um limite de segurança, que poder ficar por volta de 120 pontos, conforme orientação apresentada em assembleias anteriores. Sobre a recomposição do quadro de pessoal, informou-se a publicação de decreto federal que redistribuiu vagas provenientes de cargos vagos e extintos, resultando na destinação de 351 novos cargos técnico-administrativos em educação para a UnB, sendo 172 de Técnico em Educação e 179 de Analista em Educação. A conquista foi alcançada em negociação durante a greve de 2024. O DGP deverá priorizar a nomeação de todo o cadastro de reserva dos concursos vigentes antes da realização de novos certames. As novas vagas o representam incremento de aproximadamente 10% no quadro de servidores ativos, estimado em cerca de três mil trabalhadores. Quanto à regulamentação da jornada de 12 horas no Hospital Universitário de Brasília (HUB), foi relatada a publicação de portaria do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que regulamenta a escala de 12 horas de trabalho por 60 horas de descanso nos hospitais universitários. Considerando a complexidades dos normativos federais e os regimes internos da UnB, a Reitoria e o sindicato estão trabalhando na elaboração de ato administrativo próprio que assegure segurança jurídica aos trabalhadores. Foi informada reunião técnica para 1º de dezembro de 2026, quando a gestão deverá apresentar minuta do texto. A servidora Vânia sugeriu que a minuta adotada pelo Hospital das Forças Armadas (HFA) seja utilizada como subsídio, comprometendo-se a encaminhá-la à direção do SINTFUB. No que se refere ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), Luiz Eduardo informou que ele, a coordenadora Alice e a coordenadora Socorro representam o sindicato na comissão de acompanhamento do programa (CAPGEST). Relatou que, para afastar propostas de imposição de presencialidade mínima obrigatória em todos os setores com atendimento ao público, o DGP acolheu proposta da comissão e expediu orientação para que cada unidade publique a escala presencial dos servidores, tanto no formato impresso em local visível no setor quanto no formato digital na página oficial. Eventuais descumprimentos deverão ser apurados individualmente, de modo a preservar o programa para o conjunto da categoria. Informou-se, ainda, que foi encaminhada ao Conselho de Administração (CAD) proposta de alteração do período de avaliação do PGD de três para

seis meses, com ciclos semestrais de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro, visando reduzir a sobrecarga burocrática. Reforçou-se a obrigatoriedade do registro de metas e relatórios no sistema Polare, cujas informações são auditadas pelo MGI, podendo o descumprimento comprometer a continuidade do programa na instituição. O assessor jurídico do SINTFUB, Dr. Valmir, prestou informes sobre ações judiciais e administrativas. Quanto ao RSC dos aposentados, reiterou-se a possibilidade de ajuizamento de ações individuais para aqueles que possuem paridade e obtiverem indeferimento administrativo. Sobre a ação dos 28,88%, esclareceu-se que não cabem novas ações individuais em razão da prescrição e que a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul apresenta risco elevado no Superior Tribunal de Justiça quanto ao reconhecimento de limitação territorial, podendo haver condenação dos autores ao pagamento de custas e honorários de sucumbência de até 10%. Em relação à incidência do abono de permanência sobre férias e décimo terceiro salário, orientou-se que servidores que recebem o abono há menos de cinco anos avaliem o ajuizamento de ações individuais no Juizado Especial Federal; para aqueles que o recebem há mais de cinco anos, recomendou-se aguardar a execução da ação coletiva do SINTFUB, que abrange o período desde 2015. Sobre a absorção do Vencimento Básico Complementar (VBC) pelo Tribunal de Contas da União, referente ao período de 2005 a 2008, informou-se que o sindicato está elaborando defesas administrativas e ajuizará ação coletiva, com pedido de liminar, para tentar impedir os descontos. Por fim, foi feito alerta para que os servidores não realizem pagamentos antecipados de custas ou taxas por PIX ou WhatsApp, diante de tentativas de golpe que utilizam imagens de advogados ou a logomarca do sindicato. Na sequência, Socorro apresentou informes da Comissão Interna de Supervisão (CIS) e do Fórum Nacional de Carreira, realizado no Rio de Janeiro. Destacou que a UnB está entre as instituições que avançaram na implementação da aceleração para aposentados e no recebimento dos processos de RSC, enquanto muitas instituições federais ainda não adotam esses procedimentos. Recomendou aos servidores com escolaridade de nível médio que busquem cursos de graduação, tecnólogo e pós-graduação, tendo em vista os requisitos e possibilidades de pontuação do RSC. Em seguida, Rogério informou a previsão de oferta de aproximadamente 120 a 150 vagas de mestrado destinadas exclusivamente aos técnicos-administrativos em educação da UnB, distribuídas entre os programas de Saúde Coletiva, com 30 vagas e inscrições a partir de 14 de dezembro de 2026; Gestão Pública, da FAP/Planaltina, com 30 vagas e inscrições previstas para abril de 2027; Educação, com 30 vagas distribuídas entre os semestres 2027/1 e 2027/2; e Economia, com 30 vagas viabilizadas por emenda parlamentar do deputado Reginaldo Veras. Informou-se que os detalhes serão reunidos em portal de qualificação dos TAEs, em fase de lançamento. Também foi comunicada, pelo servidor Manoel Mendes, a conclusão da minuta de projeto de lei que institui o Adicional de Área Rural para servidores técnico-administrativos em educação lotados em unidades agrícolas e fazendas, como a Fazenda Água Limpa, pauta aprovada no Congresso do SINTFUB e que será apresentada aos fóruns competentes para tornarem-se pauta da categoria nacionalmente. A Mesa divulgou, ainda, o canal oficial do SINTFUB no WhatsApp, destinado à transmissão de notícias institucionais, e apresentou o QR Code para cadastro dos filiados. Concluídos os informes, a Mesa abriu o espaço para análise de conjuntura, estabelecendo o tempo de três minutos por participante e encerrando as inscrições após o terceiro inscrito. Manifestaram-se, na ordem, Guedes, Lima, Susana, Rosalvo, Luis Carlos, Manoel, Rogério,

Márcia, Luiz Eduardo, Carla Vizzotto e Assis. Guedes saudou o resultado democrático do segundo turno das eleições presidenciais, ressaltou a participação da militância e dos aposentados e defendeu que a Plenária da FASUBRA aprove diretriz pela regulamentação administrativa do RSC para os inativos, além de garantir representação dos aposentados na delegação. Lima apresentou avaliação positiva das conquistas do governo Lula para a categoria, mencionando reajustes, ampliação do auxílio-alimentação, RSC, aceleração e recomposição orçamentária após a greve de 2024. Alertou, contudo, para a necessidade de mobilização diante da correlação de forças no Congresso Nacional e da campanha salarial de 2027, sugerindo que eventos nacionais da FASUBRA sejam realizados em Brasília para reduzir custos. Susana defendeu a manutenção da pressão e da mobilização sobre o governo, com responsabilidade política para preservar a governabilidade diante da extrema-direita. Criticou a tramitação do RSC dos inativos, defendeu o atendimento às reivindicações das mães atípicas e a articulação imediata da campanha salarial de 2027. Rosalvo ressaltou que o resultado eleitoral contribuiu para a preservação de direitos e da carreira e defendeu a combinação entre ações judiciais individuais e pressão coletiva pelo RSC dos aposentados, além de mencionar avanços nas discussões sobre o auxílio-nutrição. Luis Carlos recordou períodos de arrocho salarial e greves históricas, reafirmando que as conquistas trabalhistas dependem da mobilização. Manuel destacou as condições enfrentadas pelos servidores das áreas rurais, que, segundo relatou, estão expostos a riscos operacionais sem receber adicionais de insalubridade ou periculosidade, e defendeu a unidade da categoria. Rogério avaliou que a defesa de investimentos em educação e saúde e da valorização dos aposentados exige mobilização, propondo reuniões com a nova equipe ministerial em dezembro ou janeiro para tratar da campanha salarial de 2027. Márcia registrou a mobilização da categoria no período eleitoral e defendeu que a Plenária da FASUBRA priorize o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, a criação do auxílio-nutrição para inativos e a exclusão da educação dos cortes e contingenciamentos orçamentários. Luiz Eduardo destacou as conquistas do último período, entre elas a reestruturação da tabela, os ganhos no step, os reajustes, o RSC, a aceleração e o interstício de 12 meses. Defendeu a combinação de mobilizações presenciais e digitais e a ampliação das assembleias em formato híbrido. Carla Vizzotto reafirmou que a inclusão dos aposentados no RSC é pauta inegociável do SINTFUB e da FASUBRA, ressaltando o caráter coletivo das conquistas e a necessidade de vigilância diante de possíveis alterações legislativas que possam reduzir acordos firmados. Assis enfatizou a participação de diferentes gerações na mobilização eleitoral e defendeu atuação direta junto a parlamentares em Brasília durante os eventos nacionais da categoria. Encerrado o debate de conjuntura, o plenário apreciou as propostas de diretrizes para a atuação do SINTFUB na Plenária Nacional da FASUBRA. Foram aprovadas por unanimidade: a luta pelo fim da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas; a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas; a cobrança ao governo federal pela regulamentação administrativa do RSC para aposentados e pensionistas com paridade; a defesa da exclusão das universidades e institutos federais das políticas de contingenciamento, bloqueio e cortes orçamentários. Na sequência, a Mesa apresentou a chapa única de consenso para representar o SINTFUB na Plenária Nacional da FASUBRA, prevista para os dias 28 e 29 de novembro de 2026, com início às nove horas, no Auditório da Faculdade de Direito da UnB, antigo Auditório Joaquim Nabuco. Submetida à votação, a chapa foi aprovada por

unanimidade, ficando eleitos como delegados titulares Carla Vizzotto, Luiz Eduardo Celino Benedito, Alice Queiroz, Vandui Francisco de Siqueira Dantas e Arenildo Soares Alves. Para a condição de suplentes/observadores, foram indicados Sinara Sartori de Melo, Antônio César de Oliveira Guedes, Nádia Regina Alves Valadares, Maria do Socorro Oliveira Marzola e Jorge Dias Ribeiro. O plenário aprovou, ainda, o custeio e a participação dos cinco suplentes/observadores nas sessões da Plenária, considerando que o evento será realizado nas dependências do campus da UnB. Por fim, a Mesa prestou informe sobre a Festa de Confraternização de Fim de Ano do SINTFUB, marcada para 11 de dezembro de 2026, a partir das doze horas, no Centro Comunitário da UnB. Informou-se que a retirada presencial dos convites terá início na sede do sindicato na segunda-feira seguinte à assembleia, mediante identificação cadastral, sendo o evento exclusivo para servidores filiados, com direito a um convite por filiado. Foi informado que terão direito a um convite adicional para acompanhante apenas os filiados com limitações permanentes de locomoção e acesso, ou seja, que dependem de outra pessoa para se locomover ou receber assistência. Também foi comunicada a proibição de entrada de menores de 18 anos, em razão do fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas. A Mesa solicitou, ainda, a doação voluntária de um quilo de alimento não perecível, exceto sal, no momento da retirada do convite ou na entrada da festa, para destinação a entidades assistenciais. Nada mais havendo a tratar, a Mesa Diretora declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária. Para constar, eu, Alice Queiroz, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

gov.br
Documento assinado digitalmente
CARLA SIMONE VIZZOTTO
Data: 25/11/2026 17:51:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Coordenação Geral

Luiz Eduardo C. Benedito
Coordenador Jurídico

gov.br
Documento assinado digitalmente
ALICE QUEIROZ SILVA
Data: 26/11/2026 10:09:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Alice Queiroz Silva
Coordenadora de Administração